



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

**Acta n.º 08**

**DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE  
ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSETTE.**

----- Aos dezanove dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezassete, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, João Filipe Chaveiro Libório, Hugo de Sousa Marques Carreiras e Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**.-----

- **Período antes da Ordem do Dia:** -----

- **Aprovação da acta da reunião anterior:** Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida e assinada a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta.--

- **Aprovação da Ordem de Trabalhos da presente reunião:** -----

- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

---- **Ponto um - um: PROJETOS DE ARQUITETURA:** Presentes os seguintes **projetos de arquitetura** em nome de: -----

- **Anabela Albina Caeiro Torres**, para construção de instalação sanitária e anexo na Rua 25 de Abril nº. 45, em **Cabeção**. Aprovado por unanimidade o projeto de arquitetura de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo o requerente **cumprir** com o constante no referido parecer. Mais foi deliberado por unanimidade conceder o prazo de seis meses para

apresentação dos projetos de especialidades em conformidade com o nº 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

- **Jorge Duarte Mendes, Unipessoal, Lda.**, para construção de Unidade de Transformação de material lenhoso, na Zona Industrial, Rua A, lote nº. 51, em Mora. Aprovado por unanimidade o projeto de arquitetura de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo o requerente **cumprir** com o constante no referido parecer. Mais foi deliberado por unanimidade conceder o prazo de seis meses para apresentação dos projetos de especialidades e os elementos referidos no presente parecer (nomeadamente o título digital de instalação ou de instalação e exploração, consoante o caso) em conformidade com o nº 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

----- **Ponto um - dois: PROCEDIMENTO TIPO POR CONCURSO PÚBLICO**

**"REQUALIFICAÇÃO DA ZONA DE RECREIO DA ESCOLA DE MORA" -**

**APROVAÇÃO DO CÁLCULO DEFINITIVO DA REVISÃO DE PREÇOS (RETI-**

**FICAÇÃO)**: Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informan-

do que a **empreitada "Requalificação da zona de recreio da escola de Mora"** encontra-se concluída desde 29-06-2016 (data do auto de receção provisória).--

Ao abrigo do artigo 300.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela lei vigente, procedeu-se ao cálculo definitivo da revisão de preços referente aos trabalhos da empreitada em epígrafe, tendo sido apurado o montante de 428,80€ (s/ IVA), a favor do Município de Mora. ----

Somos a informar de que na reunião de Câmara, em 22-03-2017, foi aprovado o cálculo definitivo da revisão de preços utilizando um mês de referência incorreto pelo que o montante apurado foi 0,00€ (s/ IVA). Retifica-se deste modo o cálculo apresentado anteriormente. -----

Em anexo à presente informação, apresenta-se o respectivo cálculo da revisão de preços. -----

Face ao exposto solicita-se a aprovação do documento “Cálculo definitivo da Revisão de Preços” que se encontra em anexo à presente informação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o documento “**Cálculo definitivo da Revisão de Preços**” (retificação) que se encontra em anexo à presente informação referente à **empreitada "Requalificação da zona de recreio da escola de Mora"**. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE AÇÃO SOCIO CULTURAL:**

----- **Ponto dois - um: PISCINAS MUNICIPAIS - CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO À ÉPOCA BALNEAR:** Presente informação da **Unidade de Ação Sócio Cultural** informando que no sentido de se preparar a abertura das **Piscinas Municipais para a época balnear de 2017**, prevista para o dia **10 de Junho**, submete-se a deliberação de Câmara a proposta de abertura dos concursos, dada a sazonalidade e a excecionalidade do serviço prestado nesta época, solicita-se os procedimentos legais que satisfaçam esta exigência, em tempo útil, para a prestação dos seguintes serviços: -----

- **Limpeza (3 pessoas - início da actividade dia 15 de Maio)**; -----

- **Bilheteira (2 pessoas - início da actividade dia 9 de Junho)**; -----

- **Vigilantes (2 pessoas - início da actividade dia 9 de Junho)**. -----

Propõe-se também que o horário se mantenha igual ao do ano passado ou seja: às quartas, quintas, sextas, sábados e domingos das 10h às 20h, mantendo-se os dias de encerramento às segundas e terças feiras, e que o **encerramento** da época balnear terá lugar no dia 08 de Setembro. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento, manifestou o seu acordo com a

proposta apresentada e deliberou por unanimidade **abrir** concurso tipo ajuste direto para contrato de prestação de serviços para os referidos lugares, pelo período de, 15 de maio de 2017 a 30 de setembro de 2017, para 3 pessoas para a Limpeza e restante (Bilheteira - 2 pessoas e Vigilantes - 2 pessoas) de 9 de Junho a 30 de Setembro de 2017. -----

- O prazo de apresentação das propostas é de 8 dias. -----

O Júri do presente concurso é composto pelos **Senhores, José Manuel Ribeiro Pinto, António Luís Fernandes Carlos e Rui Manuel Ventura Fortio** sendo **Presidente** do mesmo o **Dr. José Manuel Ribeiro Pinto** como membros efectivos e **Senhores Pedro Duarte Ventura Fortio e Luís Miguel Caramujo Martins**, como membros suplentes. -----

Mais foi deliberado por unanimidade **aprovar** o **Caderno de Encargos e Programa de Concurso**. Deliberado ainda por unanimidade manter o horário igual ao do ano passado ou seja: às quartas, quintas, sextas, sábados e domingos das 10h às 20h, mantendo-se os dias de encerramento às segundas e terças feiras, e que o encerramento da época balnear tenha lugar no dia **08 de Setembro**. -----

----- **Ponto dois - dois: ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DE BROTAS "OS LAGARTOS" - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO E DE APOIOS**

**LOGÍSTICOS:** Presente informação da **Unidade de Ação Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com arte. 9º do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora** é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 13, 14, 15 e 18. -----

Na sequência do pedido de apoio solicitado, propõe-se a atribuição de um subsídio à **Associação de Jovens de Brotas “Os Lagartos”**, no valor de **600,00€, seiscentos euros**, destinado a custear parte das despesas com o evento **“III Cantálentejo”**, a realizar no próximo dia **20 de Maio**, bem como os **apoios logísticos** solicitados. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e **deliberou por unanimidade** manifestar o seu **acordo** com a proposta apresentada, concedendo o referido subsídio no valor de **600,00€, seiscentos euros**, à **Associação de Jovens de Brotas “Os Lagartos”**, destinado a custear parte das despesas com o evento **“III Cantálentejo”**, a realizar no próximo dia **20 de Maio**, bem como os apoios logísticos solicitados, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora**, em vigor. -----

----- **Ponto dois - três: GRUPO MORENSE DE AMADORES DE PESCA DESPORTIVA DO RAIA - PROPOSTA DE SUBSÍDIO:** Presente informação da **Unidade de Ação Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora** é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 14, 15 e 18. -----

Face à comunicação do **Grupo Morense de Amadores de Pesca Desportiva do Raia**, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de **750,00€, setecentos e cinquenta euros**, destinado a apoiar o seu plano de actividades para 2017. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com a proposta apresentada, concedendo o referido subsídio no valor de **750€**, **setecentos e cinquenta euros** ao **Grupo Morense dos Amadores de Pesca Desportiva do Raia**, destinado a apoiar o seu plano de actividades para 2017, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora**, em vigor. -----

----- **Ponto dois - quatro: GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DOS TRABALHADORES DA CMMORA - ESCOLA DE NATACÃO - PROPOSTA**

**DE SUBSÍDIO:** Presente informação da **Unidade de Ação Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora** é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 14 e 15. -----

Face ao pedido de apoio apresentado pelo **Grupo Desportivo e Recreativo dos Trabalhadores da CMMora**, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de **4.500€**, **quatro mil e quinhentos euros**, destinado a apoiar a sua actividade desportiva 2016/2017, na modalidade de Natação, subsídio que será pago em três tranches iguais **(1.500,00€)**, sendo disponibilizadas conforme forem sendo solicitadas pelo referido grupo desportivo. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com a proposta apresentada, concedendo o referido subsídio no valor de **4.500€**, **quatro mil e quinhentos euros** ao **Grupo Desportivo e Recreativo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Mora**, destinado a apoiar a sua activida-

de desportiva 2016/2017, na modalidade de **Natação**, subsídio que será pago em três tranches iguais **(1.500,00€)**, sendo disponibilizadas conforme forem sendo solicitadas pelo referido grupo desportivo, ao abrigo do disposto na alínea p) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora**, em vigor. -----

----- **Ponto dois - cinco: OFERTA DE COMPUTADORES:** Presente informação da **Unidade de Ação Sócio Cultural** informando que face à comunicação da **Associação dos Amigos da CHE Morense**, propõe-se a oferta de um computador usado no antigo Espaço Internet, para apoio à elaboração de documentação relacionada com a referida **Associação**. -----

Propõe-se ainda, a oferta aos **Bombeiros Voluntários de Mora** de dois computadores igualmente usados no antigo Espaço Internet, para apoio à elaboração de documentação relacionada com a **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mora**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar a oferta de um computador usado à **Associação dos Amigos da CHE Morense** no antigo Espaço Internet, para apoio à elaboração de documentação relacionada com a referida **Associação**. -----

Mais deliberou por unanimidade autorizar a oferta de dois computadores igualmente usados no antigo Espaço Internet, à **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mora** para apoio à elaboração de documentação relacionada com a referida **Associação**. -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria com data de ontem, o qual acusa o saldo em Dotações Orçamentais no valor **2.353.686,19 €, dois milhões trezentos e cinquenta e três mil seiscentos e oitenta e seis euros e dezanove cêntimos**, e **Dotações não Orçamentais** no valor de **16.963,81 €, dezasseis mil noventa e seis e sessenta e três euros e oitenta e um cêntimos**. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **3.865,16 €, três mil oitocentos e sessenta e cinco euros e dezasseis cêntimos**. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Ponto três - três: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016: PRESTAÇÃO DE CONTAS RESPEITANTE AO PERÍODO DE UM DE JANEIRO A TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS:** Presente a **Prestação de Contas** respeitante ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016, acompanhados da documentação que as justifica. -----  
**Pelo senhor Vereador do Partido Socialista, João Filipe Chaveiro Libório,**  
**foi dito que:** -----

*Sobre este ponto, e porque ele inclui a execução orçamental da despesa (Código 0408 da despesa por classificação orgânica) do Fluvial de Mora quero dizer que não posso aceitar que o Sr. Presidente utilize o Boletim Mensal da Câmara para tecer considerações de natureza político-partidária chamando*



opositores de "pseudo-políticos cá do burgo que aparecem de 4 em 4 anos nas listas do PS". Isto porque terão apelidado o Fluviário de elefante branco. -----  
Basta ler o Compromisso Eleitoral dos candidatos do PS às eleições autárquicas de 2013 para se constatar o excesso e a inexactidão da afirmação. No Compromisso pode ler-se. "... Passada esta primeira fase, se nada for feito para além da actual "gestão corrente", o projecto do Fluviário corre o risco de se poder vir a transformar num "elefante branco".... E de facto já algumas coisas foram feitas desde então - a Empresa Municipal do Fluviário foi extinta nos termos da Lei por acumulação de prejuízos, o Fluviário passou a ser gerido directamente pelo executivo Camarário gerando-se logo aí algumas poupanças e ao longo do tempo foram corrigidas várias situações que configuravam má gestão. Ou seja, como sempre dissemos alguma coisa tinha que ser feita. Mas a nosso ver não chega, para garantir a sustentabilidade do Fluviário este não pode ser considerado isoladamente. Como consta do nosso Compromisso já referido, o Fluviário, e agora o Núcleo do Megalitismo, têm que ser os projectos âncora de um Plano Integrado de Desenvolvimento e Promoção Turística do Concelho que já há muito devia estar em plena execução. Aproveito para perguntar, para quando esse plano?-----

Apesar de não ter tido possibilidade de verificar o mapa de execução orçamental da receita do Fluviário, por não constituir parte integrante obrigatória dos mapas de prestação de contas, mas perante as explicações dadas e a disponibilização próxima do mapa, voto favoravelmente a prestação de contas.-----

**Pelo Senhor Presidente, Luís Simão Duarte de Matos, foi respondido que: -**

De facto o Senhor Vereador do Partido Socialista sentiu-se e parece ter “enfiado a carapuça”. Em primeiro lugar nunca me referi aos Eleitos conforme o senhor

Vereador afirmou. Referi-me a “pseudo-políticos” que aparecem de 4 em 4 anos nas listas do PS. Pois o senhor Vereador parece não conhecer o rebanho que tem que continuam a apelar o Fluvário de “Elefante Branco”. -----

Quanto ao Museu nunca ouvi falar ninguém do PS. E de facto ao contrário do que diz o senhor Vereador do PS é mesmo político conforme atestam as suas declarações. -----

De seguida foi posta à votação o presente ponto: -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade nos termos da alínea i) do número 1 do artigo 33 da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro **aprovar** a Prestação **de Contas** respeitante ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016, anexa à presente acta, que será enviada à **Assembleia Municipal** para apreciação e votação e ao **Tribunal de Contas** para julgamento. -----

----- **Ponto três - quatro: INVENTÁRIO DOS BENS DE IMOBILIZADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORA:** Presente informação da **Secção Financeira** enviando para aprovação o **Inventário e Avaliação dos Bens de Imobilizado da Câmara Municipal de Mora**, referente a trinta e um de Dezembro de dois mil e dezasseis. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade nos termos da alínea i) do número 1 do artigo 33 da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro, **aprovar** o Inventário de todos os Bens Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva Avaliação. -----

Mais deliberou por unanimidade enviar o referido **Inventário à Assembleia Municipal** para apreciação e votação. -----

----- **Ponto três - cinco: 1ª. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2017:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para

deliberação a proposta da **1ª Alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mora para o ano de 2017**. Mais propõe enviar a referida proposta para deliberação da **Assembleia Municipal**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a proposta elaborada da **1ª Alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mora para o ano de 2017** e enviá-la à **Assembleia Municipal** para **aprovação**, de harmonia com o artigo 25, alínea o) da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto três - seis: REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - 2017-2020 (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2017-2020 E PLANO DAS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES 2017-2020:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação a proposta da **1ª Revisão ao Plano das Atividades Mais Relevantes 2017-2020 e a 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2017-2020**. Mais propõe que a mesma seja submetida à **Assembleia Municipal** para aprovação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta **da 1ª Revisão ao Plano das Atividades Mais Relevantes 2017-2020 e a 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2017-2020**, anexas à presente ata, e submeter as mesmas à **aprovação** da **Assembleia Municipal** nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 33 da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto três - sete: REVISÃO AO ORÇAMENTO 2017:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação em reunião ordinária, a proposta da **1ª Revisão ao Orçamento da Receita e a 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa do ano de 2017**. Mais propõe que a mesma seja submetida à **Assembleia Municipal** para aprovação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta da **1ª Revisão ao Orçamento da Receita e a 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa do ano de 2017**, anexa à presente ata, e submeter a mesma à aprovação da **Assembleia Municipal** nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 33 da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto três - oito: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE MORA E A FREGUESIA DE BROTAS**

- **ANO 2016:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para conhecimento relatório de acompanhamento da execução do **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mora e a Freguesia de Brotas, do ano de 2016.** -----

Mais, propõe que se delibere sobre a remissão do presente relatório para a **Assembleia Municipal**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento do referido relatório e deliberou por unanimidade enviá-lo à **Assembleia Municipal**. -----

----- **Ponto três - nove: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE MORA E A FREGUESIA DE CABEÇÃO**

- **ANO 2016:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para conhecimento relatório de acompanhamento da execução do **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mora e a Freguesia de Cabeção, do ano de 2016.** -----

Mais, propõe que se delibere sobre a remissão do presente relatório para a **Assembleia Municipal**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento do referido relatório e deliberou por unanimidade enviá-lo à **Assembleia Municipal**.-----

----- **Ponto três - dez: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE MORA E A FREGUESIA DE MORA -**

**ANO 2016:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para conhecimento relatório de acompanhamento da execução do **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mora e a Freguesia de Mora, do ano de 2016.** -----

Mais, propõe que se delibere sobre a remissão do presente relatório para a **Assembleia Municipal**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento do referido relatório e deliberou por unanimidade enviá-lo à **Assembleia Municipal**. -----

----- **Ponto três - onze: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE MORA E A FREGUESIA DE PAVIA -**

**ANO 2016:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para conhecimento relatório de acompanhamento da execução do **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mora e a Freguesia de Pavia, do ano de 2016.** -----

Mais, propõe que se delibere sobre a remissão do presente relatório para a **Assembleia Municipal**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento do referido relatório e deliberou por unanimidade enviá-lo à **Assembleia Municipal**. -----

----- **Ponto três - doze: TABELA DE PREÇOS 2017 - 2ª ALTERAÇÃO:** Pre-

sente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que de acordo com a legislação em vigor e para deliberação em reunião ordinária, junto se anexa a proposta da **2ª alteração à tabela de preços a praticar pelos serviços do Município, no ano de 2017**, que consiste na inclusão da mensalidade da **Universidade Sénior**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a **2ª alteração à tabela de preços a praticar pelos serviços do Município, no ano de 2017**, que consiste na inclusão da mensalidade da **Universidade Sénior**. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** Presentes os seguintes **despachos** do **Senhor Presidente**: -----

- **Em que determinou**, de acordo com o requerimento apresentado pelo funcionário **Nelson Poeiras** pedindo a rescisão do contrato de trabalho por tempo indeterminado que estabeleceu com o **Município de Mora**, aceitar a referida rescisão contratual.-----

**Mais determinou** que a rescisão do referido contrato tenha efeitos a partir do dia **21 de abril de 2017**. -----

- **Em que determinou** adjudicar à firma PlanningAll - Urbanismo, Mobilidade e Ambiente, Unipessoal Lda., a Execução do "Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Concelho de Mora (PEDMOR) / Alteração por Adaptação do PDM de Mora ao Plano de Ordenamento da Albufeira do Gameiro (POAG)", pelo valor de 45.000,00 €, mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base

nos critérios de adjudicação estabelecidos. **Mais determinou** aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada.-----

----- **Ponto cinco - dois: UNIVERSIDADE SÉNIOR MORA - APROVAÇÃO**

**REGULAMENTO INTERNO:** Presente informação da **Senhora Vereadora Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**, informando que tendo em consideração que as atividades inerentes à **Universidade Sénior** são da responsabilidade da **Autarquia de Mora** e tem como objectivo a valorização pessoal e social do público sénior do Concelho de Mora, através da aquisição de conhecimentos e de novas aprendizagens, concedendo-lhes a oportunidade de trocar experiências, vivenciar e partilhar a vida, proporcionando regularmente atividades educativas, sociais, culturais, e de convívio, propõe a aprovação do Regulamento Interno da **Universidade Sénior de Mora**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **aprovar** o **Regulamento Interno da Universidade Sénior de Mora**, de acordo com a alínea k) do nº1, do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **Ponto cinco - três: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM**

**REGIME DE AVENÇA - MONITOR UNIVERSIDADE SÉNIOR:** Presente informação do Senhor Presidente informando que a Lei 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), na sua redação atual, dispõe no seu artigo 32º que podem ser celebrados contratos de tarefa ou avença.-----

Por sua vez, a Lei que aprova o orçamento de Estado para o ano de 2017 (Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, adiante designada por LOE), no seguimento das diretrizes já adotadas em Orçamentos de Estado dos anos anteriores, veio introduzir um conjunto de medidas com vista a reduzir os encargos do estado e das entidades públicas em geral. Entre outros, institui-se o procedimento de

emissão de parecer prévio vinculativo obrigatório sobre os contratos de aquisição de serviços, designadamente nas modalidades de tarefa e avença, e bem assim naqueles cujo objeto seja consultadoria técnica.-----

No que respeita às autarquias locais, veio referir-se, no n.º 7 do artigo 51º da LOE, que a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo do órgão de governo próprio da autarquia local, portanto, o órgão executivo. -----

Obrigação reiterada pelo n.º 1 do artigo 3.º, ambos da Portaria 149/2015, de 26 de maio, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio favorável e da autorização, previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, na atual redação. -----

Nesse sentido, e por o atrás exposto, e considerando que existe verba disponível em orçamento bem como o cumprimento dos requisitos legais e financeiros definidos, submeto à consideração da Câmara Municipal o seguinte: -----

- A Universidade S nior de Mora é uma atividade contemplada nas Opções do Plano do Município de Mora e que está a proporcionar aos mais idosos atividades de valorização pessoal, lúdicas e educativas. Para que a mesma funcione   necessário um monitor que coordene, organize e leccione as atividades propostas. Desta forma propõe-se a emissão de parecer prévio, nos termos da legislação atrás definida, da Câmara Municipal para a contratação de prestação de serviços, em regime de avença, pelo período de 3 meses, pelo valor de 1.915,97  mensais (com Iva incluído). Com efeito, tratando-se de um parecer prévio   abertura do procedimento, o cumprimento dos pressupostos serão garantidos e salvaguardados no âmbito do procedimento de contratação pública. A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favo-



rável para a prestação de serviços acima referido, dada a inexistência de recursos internos próprios para desenvolver este trabalho, nos termos da presente informação. -----

----- **Ponto cinco - quatro: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE TAREFA - APOIO À ÉPOCA BALNEAR 2017 NAS PISCINAS**

**MUNICIPAIS:** Presente informação do **Senhor Presidente** informando que a Lei 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), na sua redação atual, dispõe no seu artigo 32º que podem ser celebrados contratos de tarefa ou avença. -----

Por sua vez, a Lei que aprova o orçamento de Estado para o ano de 2017 (Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, adiante designada por LOE), no seguimento das diretrizes já adotadas em Orçamentos de Estado dos anos anteriores, veio introduzir um conjunto de medidas com vista a reduzir os encargos do estado e das entidades públicas em geral. -----

Entre outros, institui-se o procedimento de emissão de parecer prévio vinculativo obrigatório sobre os contratos de aquisição de serviços, designadamente nas modalidades de tarefa e avença, e bem assim naqueles cujo objeto seja consultoria técnica. -----

No que respeita às autarquias locais, veio referir-se, no n.º 7 do artigo 51º da LOE, que a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo do órgão de governo próprio da autarquia local, portanto, o órgão executivo. -----

Obrigações reiteradas pelo n.º 1 do artigo 3.º, ambos da Portaria 149/2015, de 26 de maio, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio favorável e da autorização, previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, na atual

redação. -----

Nesse sentido, e por o atrás exposto, e considerando que existe verba disponível em orçamento bem como o cumprimento dos requisitos legais e financeiros definidos, submeto à consideração da Câmara Municipal o seguinte: -----

- De modo a preparar a época balnear 2017 é necessário garantir que os serviços básicos de limpeza, vigilância e bilheteira sejam assegurados. Uma vez que o Município não dispõe de recursos internos suficientes para garantir o funcionamento das Piscinas no Verão, torna-se necessário recorrer a prestação de serviços. Desta forma propõe-se a emissão de parecer prévio, nos termos da legislação atrás definida, da Câmara Municipal para a contratação de prestação de serviços, em regime de tarefa, pelo período definido para o efeitos, com as seguintes condições: -----

- 3 Prestações de serviços, em regime de tarefa, na área da limpeza: 710,00€/mês (Iva incluído); -----

- 2 Prestações de serviços, em regime de tarefa, na área da Bilheteira: 795,00€/mês (Iva incluído); -----

- 2 Prestações de Serviços, em regime de tarefa, na área da vigilância: 710,00€/mês (Iva Incluído); -----

Com efeito, tratando-se de um parecer prévio à abertura do procedimento, o cumprimento dos pressupostos serão garantidos e salvaguardados no âmbito do procedimento de contratação pública. -----

**A Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável** para a prestação de serviços acima referidos, dada a inexistência de recursos internos próprios para desenvolver estes trabalhos, nos termos da presente informação. -----

----- **Ponto cinco - cinco: APROVAÇÃO 1º ADITAMENTO CONTRATO**

**CONCESSÃO UTILIZAÇÃO Nº 12/02/CA/UGPD - ECOPISTA:** Presente informação do **Senhor Presidente** informando que a **Câmara Municipal de Mora** celebrou com a REFER Património em 20 de Setembro de 2002 o Contrato de Concessão Nº 12/02/CA/UGPD, com vista à utilização de parte do antigo **Ramal de Mora** para construção de ecopista. -----

Até hoje não nos foi possível construir a Ecopista, uma vez que a **REFER** e agora a Infraestrutura de Portugal não conseguiu desbloquear a situação com dois dos ditos “Proprietários” que terão ocupado parte do ramal. -----

Neste momento, há zonas como a ligação entre a antiga estação e a zona da Barroca que não são susceptíveis de vir a ser utilizadas pela **Câmara Municipal** para os fins previstos. -----

Neste sentido, propõe-se resolver o presente **Contrato**, uma vez que as permissões que lhe estavam subjacentes estarão completamente desatualizadas. --

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e de acordo com a proposta do **Senhor Presidente** deliberou por unanimidade resolver o **Contrato de Concessão Nº 12/02/CA/UGPD**, com vista à utilização de parte do antigo Ramal de Mora para construção de ecopista, celebrado com a **REFER** e agora a **Infraestrutura de Portugal**, uma vez que as permissões que lhe estavam subjacentes estarão completamente desatualizadas. -----

**Pelo senhor Vereador do Partido Socialista, João Filipe Chaveiro Libório,**  
**foi informado que:** -----

*Voto favoravelmente o proposto com a condição de não pôr em causa o projecto da ecopista.* -----

*Congratulo-me com as informações dadas pelo Sr. Presidente sobre os avanços do processo da ecopista, só é pena ter-se perdido tanto tempo! Sempre nos batemos por este projecto e por isso ele consta do nosso Compromisso Eleitoral de 2013 - "Analisar com a Câmara Municipal de Arraiolos e a Refer a possibilidade de completar a ecopista do antigo ramal de Mora". -----*

----- **Ponto cinco - seis: ATRIBUIÇÃO DE CONDECORAÇÕES - 2017:** A **Câmara Municipal** nos termos previstos no seu artigo primeiro, do **Capítulo I do Regulamento de Atribuição de Condecorações do Município de Mora**, onde se prevê que *“deverão ser galardoados aqueles que individualmente ou colectivamente, pelos serviços prestados à comunidade, contribuíram para a dignificação do Concelho”*, deliberou por unanimidade que sejam homenageadas no âmbito das **Comemorações Concelhias do 42º Aniversário do 25 de Abril**, as personalidades e entidades adiante designadas, com as seguintes condecorações: -----

**I. Medalha de Mérito Municipal:** -----

- **Económica** - Restaurante "Solar da Vila"; -----

- **Benemerência** - Loja Solidária "Toma Lá Dá Cá"; -----

- **Funcionários da Autarquia** - Rui Oliveira. -----

- **Desporto** - João Nuno Anacleto Pires. -----

**II. Condecoração "Mora Reconhecido":** -----

- **Desporto**: Clube de Campismo de Lisboa; -----

- **Associativismo**: Associação de Caçadores "Os Asas". -----

----- **Ponto cinco - sete: CEDÊNCIA DE TRANSPORTE:** Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que dando cumprimento ao estipulado no **Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Muni-**

**cípio de Mora**, propõe-se ao **Executivo Municipal** a aprovação da cedência de transporte às seguintes **Instituições**: -----

- **Comissão Sindical de Mora do STAL**, para uma manifestação, em Lisboa, no dia 21 de Abril; -----

- **Comissão Sindical de Mora do STAL**, para uma deslocação às comemorações do 1º de Maio; -----

- **Agrupamento de Escolas de Mora**, nos dias 10 e 15 de Maio, para duas visitas de estudo ao Centro de Ciência Viva, em Estremoz; -----

- **Agrupamento de Escolas de Mora**, no dia 17 de Maio, para uma visita de estudo a Mafra; -----

- **Grupo Desportivo e Recreativo dos Trabalhadores da C.M.Mora**, para duas excursões, uma à Serra da Estrela e outra a Mafra, nos dias 29 de Abril e 1 de Julho, respectivamente; -----

- **Futsal Clube de Mora**, para disputarem o jogo final da Super Taça do Distrito de Évora, dia 13 de Maio, localidade ainda a designar. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte às Instituições acima referidas. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**: Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO**: Aprovada por unanimidade. -----

**ENCERRAMENTO**: E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram doze horas e cinquenta minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu,

Assistente Técnica exercendo funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por

deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-